



O CONTEXTO SOCIAL, POLÍTICO E ECONÔMICO DO BRASIL: uma reflexão acerca dos desafios para a efetivação do projeto profissional do assistente social

Rodrigo Mamédio de Lima¹

RESUMO: O presente trabalho busca fazer um recorte histórico sobre a conjuntura política, econômica e social, a qual o Brasil vem vivenciando desde 2016 até o pós *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, assim como versa sobre os desafios que os profissionais do Serviço Social vêm tendo para a efetivação do projeto de profissão. Para a realização deste estudo foi utilizada a pesquisa bibliográfica contemplando reflexões sobre o momento atual e os reflexos para as políticas sociais, principalmente, após o governo de Michel Temer (MDB) assumir o poder e passar a aprovar diferentes medidas que afetam diretamente as políticas sociais.

Palavras-chave: *impeachment*, políticas sociais, Serviço Social.

ABSTRACT: The present work seeks to make a historical cut in the political, economic and social conjuncture, which Brazil has been experiencing from 2016 until the post impeachment of the former president Dilma Rousseff, as well as on the challenges that Social Service professionals have been having for the realization of the project of profession. In order to carry out this study, bibliographical research was used, reflecting on the current moment and the reflexes for social policies, especially after the government of Michel Temer (MDB) took over and adopted different measures that directly affect social policies.

Keywords: *impeachment*, social politics, Social Service.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo versa sobre o tema *O contexto social, político e econômico do Brasil: uma reflexão acerca dos desafios para a efetivação do projeto profissional do assistente social*, o qual objetivou refletir sobre a conjuntura atual e discutir sobre os desafios dos profissionais do Serviço Social na busca constante para a efetivação do projeto profissional.

¹Assessor Especial da Secretaria de Obras da Prefeitura de Miracema do Tocantins; Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPESSFEP – UFT) desde 2017; aluno do curso de Esp. em Serviço Social e Política Social (UFT); graduado em Serviço Social pela UFT – rodrigouft@uft.edu.br.

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto 2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luís, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

Para o desenvolvimento deste trabalho nos apoiamos numa perspectiva crítica através do Método Crítico Dialético, pois, acreditamos que este método consegue responder e dá o suporte necessário para a compreensão dos fenômenos da natureza postos na realidade, buscando respostas, a partir de uma totalidade de fatores sociais, econômicos, políticos, culturais dentre outros. Para tanto, foram utilizadas informações de *sites* de notícias com credibilidade e foi feito um levantamento bibliográfico sobre a temática em discussão a partir de artigos científicos, livros, revistas, dentre outros.

Este trabalho nos possibilitou refletir sobre o momento atual, nos mostrando que é necessário a nossa resistência e luta no dia a dia para enfrentar essa onda conservadora presente nos atuais governos, que buscam a todo custo tirar a responsabilidade do Estado para com as políticas públicas e sociais, e jogar a responsabilidade sobre a população. Neste sentido, são perceptíveis no atual contexto, os prejuízos sobre as políticas públicas e sociais, com congelamento de gastos públicos, que segundo o governo, é justificado pela crise econômica. Na verdade, o esvaziamento das políticas públicas e sociais nada mais é do que uma imposição aos trabalhadores e trabalhadoras, no que diz respeito, aos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários, educacionais, dentre outros.

As Propostas de Emendas à Constituição (PECs), a exemplo da PEC 241, atualmente PEC 55, foi um duro golpe às políticas sociais e às instituições públicas, uma vez que, tal proposta se ocupa, exclusivamente, de congelar os gastos públicos por um período de 20 anos, que segundo o governo, foi uma medida tomada para contornar a crise econômica que o Brasil enfrenta, mas o que de fato está em jogo, é o desmonte dos direitos sociais que arduamente a classe trabalhadora conseguiu ao longo de sua resistência e luta.

Não podemos nos furtar de tecer uma dura crítica ao ex-governo Temer, uma vez que ele usou por diversas vezes, o seu autoritarismo e sua política pífia para aprovar as suas medidas impopulares, comprando deputados e senadores com dinheiro público para aprovar suas ditas “reformas”. Porém, nosso entendimento é que, as propostas que o governo impôs não tem nada de reformas, pelo contrário, são contrarreformas das mais graves possíveis. São medidas que o governo assumiu, violando os direitos humanos e as leis trabalhistas, previdenciárias dentre outras. Na verdade, não poderíamos esperar coisas boas diante de um golpe à democracia realizado em 2016, contra a ex-Presidenta, Rousseff e aos milhões de eleitores que a reelegeu pelo voto popular. Estamos diante de um retrocesso incalculável para a história do País.

Mesmo diante de todo esse contexto de retrocesso e desmonte das políticas públicas, não podemos negar o protagonismo e a luta dos movimentos sociais, dos estudantes, da classe trabalhadora, enfim, de diferentes segmentos que ocuparam as ruas,





as escolas, as universidades públicas, como uma forma de protesto contra as medidas adotadas pelo governo ilegítimo e um dos mais impopulares do mundo, conforme apontaram pesquisas no Brasil e no mundo.

Portanto, é atravessado pelo espírito da luta e da resistência, e pautado na defesa intransigente dos direitos humanos e de uma sociedade com menos injustiças sociais, é que nos colocamos a frente deste trabalho enquanto futuro assistente social, mesmo sabendo dos obstáculos a serem enfrentados no contexto econômico, político e social adverso. Sendo este trabalho, fruto do Trabalho de Conclusão de Curso, onde buscamos evidenciar aproximações do contexto atual brasileiro, proporcionando uma reflexão crítica sobre o assunto.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O desmonte dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no contexto do pós-golpe (2015-2017)

O cenário social, político e econômico do Brasil, principalmente nos últimos três anos (2015, 2016 e 2017), é tão complexo que nos falta espaço para abordar cada um. Mas, buscaremos mencionar alguns pontos cruciais que afeta direta ou indiretamente os direitos sociais da classe trabalhadora.

O que podemos perceber diante desta conjuntura atual, que passa por uma forte crise econômica e política, é que os governos neoliberais estão sucateando diariamente todas as políticas públicas e sociais. Seja na saúde, na educação, na previdência social, na segurança, enfim, todas estão sofrendo cortes nos seus orçamentos que, infelizmente, reflete diretamente naquelas pessoas que destas políticas sociais necessitam, ou seja, a população pobre, a comunidade estudantil, a classe trabalhadora.

Diante desta realidade, podemos destacar que,

O golpe de Estado que impediu a Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, de continuar à frente do governo, vem dando mostras de ser claramente pela privatização de direitos sociais e trabalhistas. O projeto do governo interino, chamado de *Uma Ponte para o Futuro*, não deixa quaisquer dúvidas a respeito. A desvinculação orçamentária dos recursos para Educação e Saúde, por exemplo, é a prova mais cabal e imediata de privatização da educação e de outros direitos sociais que deveriam ser garantidos pelo Estado (GAMA, 2016, p. 01).



Em relação ao *impeachment*, ou ao golpe, como Sabará (2016) destaca, alguns elementos podem ter contribuído para a saída de Dilma Rousseff.

O primeiro deles deve-se ao fato da Presidenta ter deixado transcorrer denúncias e apurações de corrupções na República, levadas a cabo na esfera federal, tanto pelo Ministério Público como pela Polícia e pela Justiça Federal, sem que tomasse medidas para estancar a onda investigativa que vinha atingindo a classe política. O segundo deveu-se ao fato de ter que carregar nos ombros o peso dos estigmas que são acoplados à imagem de militantes que combateram a ditadura civil militar, foram presos e responderam a processos militares. Especificamente, no caso da Presidenta Dilma, pesou, sobretudo o fato dela ser mulher, em uma sociedade machista como a nossa. [...] (SABARÁ, 2016, p. 37).

Pontua-se ainda, que outro elemento que pode justificar o golpe, na visão daqueles que o defendiam, diz respeito às chamadas “pedaladas fiscais” que Dilma Rousseff cometeu e que não tinha autorização do Congresso Nacional para tais.

Nesse sentido, Braz (2017), faz um recorte histórico para situar o *Impeachment* ocorrido no Brasil, no respectivo mês de agosto, de 2016. Para o autor,

O mês de agosto tem uma má fama. “Agosto, mês do desgosto”, diz-se. Na história política do Brasil temos eventos trágicos: em 24 de agosto de 1954 o presidente Getúlio Vargas se suicida, fato que abalou o país. Mais tarde, em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros surpreende ao pedir a renúncia do cargo poucos meses após tomar posse. Em 22 de agosto de 1976 o ex-presidente Juscelino Kubitschek morre num estranho “acidente” de carro. Quarenta anos depois, no dia 31 de agosto de 2016, o Senado Federal votou o processo de *impeachment* que tirou a presidente Dilma Rousseff do cargo. Para quem acredita em crenças e superstições, o mês de agosto tem criado efemérides. [...] (BRAZ, 2017, p. 86).

O mundo inteiro viu e ouviu os discursos que foram proclamados durante a votação da denúncia, na Câmara dos Deputados. Foi um verdadeiro circo, uma peça teatral transmitido ao vivo em rede nacional. Foi o discurso do SIM, pela aprovação, com ampla defesa dos religiosos, conservadores, ruralistas, e, até pessoas ligadas à Ditadura Militar de 1964 foram homenageadas durante a votação. Cenas desta natureza marcaram as páginas da nossa história. Sujaram a história de trabalhadores e trabalhadoras, que infelizmente, não puderam fazer muita coisa, apenas, assistir ao circo ao vivo, transmitido por uma das mídias que contribuiu para o Golpe – à Rede Globo.

De acordo com o Informativo ANDES (2017),

No Brasil, os últimos acontecimentos políticos e econômicos explicitaram o vínculo entre o Capital e o poder político, evidenciando a forma como o Estado, num modelo capitalista, é subordinado à burguesia. As recentes denúncias de corrupção e financiamento de campanhas eleitorais, em troca de “favores” econômicos envolvendo as três esferas de poder, demonstraram ainda o lado mais perverso dessa relação (ANDES, 2017, p. 6).



Não podemos negar, que de fato o Estado burguês trabalha em favor de si próprio, das máquinas econômicas e produtivas, buscando a todo instante, acabar ou minimizar os direitos sociais, pois, para o Estado, investir em políticas sociais é um gasto, nunca um investimento para com a classe trabalhadora. Assim, diante dos fatos, compartilhamos das afirmações de Braz (2017), quando ele afirma que a nossa população, que tem amplo acesso à Rede Globo, pôde assistir ao vivo e em cores, o nível deprimente dos nossos representantes políticos. Ele destaca que este momento

[...] serviu para mostrar ao povo brasileiro, com transmissão ao vivo e em cores pela Rede Globo, em meio a sua nobre programação dominical, a *podridão do sistema da democracia representativa do Brasil*, para apresentar a quem não conhecia o nível de indignação moral e intelectual dos “representantes do povo” — aqueles que dominam a Câmara dos Deputados, a mal chamada “casa do povo”. Mal chamada porque *o povo, em sua maioria, não é aquela coisa vergonhosa*, não é aquele horror, não é aquele circo com direito até a um palhaço profissional que envergonha sua categoria. [...] (BRAZ, 2017, p. 91).

Diante do exposto, iremos a partir de agora mencionar, mesmo que de forma sumária, algumas “reformas” pós-afastamento, que foram implementadas por Michel Temer (MDB) e sua base aliada, que reflete diretamente em perdas para a classe trabalhadora. Além do mais, faremos nossas críticas ao governo que tanto menospreza a classe trabalhadora e a educação pública, vista por estes, como uma mercadoria em favor do capitalismo.

Iniciamos pela PEC 241 (transitou na Câmara dos Deputados), posteriormente PEC 55 (transitou no Senado Federal) e logo depois, sancionada pela Emenda Constitucional nº 95, de 13 de dezembro de 2016. O próprio site do Senado Federal destaca que esta PEC tem como objetivo central criar um teto de gastos. Ou seja, congelar até 2036 os recursos para aplicação nas políticas públicas e sociais a partir de 2018, como saúde e educação.

As propostas do governo para estagnar os recursos públicos sofreram diversas críticas de pesquisadores, estudiosos, especialistas e por políticos preocupados com a classe trabalhadora. O governo sofreu ampla resistência dos movimentos sociais e estudantis. Assim, se há críticas quanto às medidas adotadas pelo governo, e isto é natural que haja, nada impede que os envolvidos nestas propostas pelo menos ouvissem os anseios da população, o clamor daqueles que estudam e pesquisam sobre gastos públicos, sobre o orçamento público.

Tudo o que está em curso no momento, leva a crer que faz parte de um projeto burguês, que pouco se preocupa com as demandas da classe trabalhadora e que se for



possível, privatiza tudo o que for público e mantém o Estado longe de suas obrigações, responsabilizando cada um dos sujeitos pelos seus sucessos ou insucessos.

Diante de todas as forças repressoras que o Estado é capaz de usar para lhe beneficiar, não podemos deixar de mencionar e compartilhar das palavras proferidas pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN, quando em seu Informativo nº 72, de julho de 2017 destacou que mesmo diante dos entraves entre a sociedade e o governo, ainda era possível mobilizar a sociedade, os movimentos sociais, os docentes, enfim, aqueles que faziam oposição às medidas drásticas tomadas pelo governo. O Informativo ressalta que,

A classe trabalhadora, mais uma vez, foi às ruas, no dia 30 de junho, em um importante dia de lutas contra as reformas que retiram direitos da classe trabalhadora e pela derrubada do ilegítimo governo Temer. Se, por um lado, a Greve Geral do último dia 30 não teve a mesma força do dia 28 de abril, por outro, este dia mostrou a enorme disposição dos (as) trabalhadores(as) em construir a luta de forma unitária e organizada [...] (ANDES, 2017, p. 2).

O Informativo destaca que mesmo com a truculência da polícia militar, os movimentos sociais que estiveram nas ruas, fazendo os grandes atos, manifestações e ações diretas, não se intimidaram e a repressão/criminalização, não foi suficiente para desmobilizar a militância, que esteve de norte a sul do país lutando por melhorias e contra as PECs do mal que retiram direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.

A Reforma do Ensino Médio foi outra medida adotada pelo governo federal e que gerou grande repercussão pelo Brasil. A Medida Provisória 746/2016 (sancionada pelo Governo Federal como Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017) causou tanta repercussão no meio educacional, político e social que em resposta ao proposto pelo governo, mais de mil escolas, institutos federais e universidades federais foram ocupados por estudantes no decorrer de 2016.

A Medida Provisória MP/746 de 2016 que trata sobre a reforma do ensino médio foi apresentada pelo governo em 22/09/2016, sendo dado ao Congresso e ao Senado Federal, 120 dias para apreciação e aprovação, caso contrário, perderia o efeito. Mas, em 07/12/2016, a Câmara dos Deputados recebeu o texto base e aprovou com folga, mesmo sob tensas reivindicações tanto dentro quanto fora da Câmara dos Deputados, pois, muitos estudantes e movimentos sociais, inclusive políticos de oposição ao governo, faziam suas manifestações. Reivindicações que se estenderam até o momento de votação e aprovação no Senado Federal, em 08/02/2017.

Acreditamos que as mudanças no ensino médio acabam interferindo na própria qualidade do ensino superior e no acesso à Universidade Pública. Isso porque, o governo



com tais mudanças, acaba fortalecendo o ensino técnico, profissionalizante, desfavorecendo ou deixando de investir no ensino superior. O governo almeja um ensino que forme em curto prazo, profissionais para o mercado de trabalho, sem posicionamento crítico.

Ficou claro durante as manobras para aprovar esta MP que a sociedade não comungava com as ideias defendidas pelo governo, muito menos com aquilo que ele dizia ser positivo para melhorar a qualidade do ensino público. Muito contraditório da parte do governo dizer que as medidas eram para melhorar o ensino e ao mesmo tempo ele aprovar uma PEC que congela os gastos públicos, dentre eles a Educação. Além disso, outra questão bastante criticada pelos educadores, pelos movimentos estudantis e pesquisadores, é que a Medida Provisória excluía da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as disciplinas de Sociologia, Educação Física, Artes e Filosofia. Para o Governo, estas disciplinas deixariam de ser obrigatórias. Foram tantas críticas que o Governo voltou atrás e incluiu as disciplinas à BNCC² como obrigatórias.

Outro retrocesso para a classe trabalhadora, assim como para a Educação Pública foi o Projeto de Lei 4302/1998 (Lei da Terceirização), aprovado pela Câmara dos Deputados e que seguiu para sanção do presidente Michel Temer, aprovada como Lei Ordinária nº 13.429/2017. Esse também foi um exemplo claro de desrespeito com a população que luta por uma educação de qualidade, pela valorização de professores, por concursos públicos. Esta proposta de lei, nada mais é do que a terceirização de todas as atividades.

Diante deste cenário de precarização do Ensino Superior, é notória a busca dos governos neoliberais pela privatização do que é público, do que é de todos e já destacamos também sobre a Lei da Terceirização, orquestrada desde 19 de março 1998, ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, quando por várias vezes tentaram a aprovação deste projeto, porém, sem êxito. Mas, em meio a uma forte crise econômica e política, registrada no Brasil desde 2015 e aprofundada ainda mais com o *impeachment* da Presidenta, Dilma Rousseff, em 2016, eis que o projeto foi resgatado, 19 anos depois e aprovado na Câmara dos Deputados, em plena noite de 22 de março de 2017. Lei esta que foi sancionada pelo presidente do Brasil, como Lei Ordinária 13429/2017.

Outro ponto questionável diz respeito à Reforma Trabalhista, que a nosso ver, mesmo que contrarie os defensores, é uma forma de precarizar ainda mais as relações de trabalho e uma grande derrota para a classe estudantil ou de quem almeja estudar. Isto porque, o patronato, capitalistas ferrenhos, poderão explorar a força de trabalho do seu

² De acordo com a Lei nº 13.415 de 16/02/2017 no “§ 2º A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia”, Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>, Acessado em 10/11/2017.



empregado, por longas 12 horas, conforme prevê a Reforma, o que não podia exigir nas 8 ou 10 horas previstas, antes da Reforma, agora poderá exercer com maior exploração.

A Revista *Radis*, de número 179, de agosto de 2017, contemplou a nossa discussão e preocupação quando destacou em suas páginas a questão da Reforma Trabalhista, intitulado “Reforma agora é realidade”. No decorrer do texto, é frisado os retrocessos que a classe trabalhadora irá sofrer com as mudanças na CLT. A proposta foi aprovada sem vetos, mesmo havendo grandes resistências da oposição ao Governo e claro, da classe trabalhadora.

Sem vetos, o presidente Michel Temer sancionou (13/6) a reforma que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A aprovação aconteceu dois dias depois de votação conturbada no Senado (11/6), em que senadoras de oposição chegaram a ocupar a mesa do plenário, para que os destaques apresentados pelos opositoristas fossem analisados. A nova lei prevê pontos que poderão ser negociados entre empregadores e empregados e passam a ter força de lei [...] (RADIS, 2017, p. 6).

Dentre as perdas irreparáveis para a Classe Trabalhadora, a revista destaca 7 pontos. Dentre eles estão: Trabalho Intermitente³; Deslocamento⁴; Lactantes e Gestantes em Locais Insalubres⁵; Intervalo⁶; Insalubridade⁷; Contribuição Sindical⁸ e Acordos Coletivos⁹. São 7 pontos que a curto e a longo prazo trará sérias consequências a todos nós. Assim, a Reforma Trabalhista, apresenta

Alterações na legislação trabalhista com vistas a rebaixar os custos do trabalho, aumentar a produtividade média dos trabalhadores considerada baixa, flexibilizar ainda mais (Lei das terceirizações) as relações de trabalho. Tal flexibilização visa criar formas que permitam aumentar a jornada de trabalho (como já confessou um imprudente ministro do Trabalho) ou até mesmo diminuí-la, mas com redução dos salários. Em todos os casos,

³ A empresa pode contratar um funcionário para trabalhar esporadicamente e pagá-lo apenas pelo período em que prestou serviços. A convocação do empregado para o trabalho é determinada pelo empregador e deve ocorrer com pelo menos três dias de antecedência, e não recebe pelo período em que aguarda.

⁴ A partir de agora o tempo de deslocamento de casa para o trabalho não é incluído na jornada de trabalho. Com a mudança, o tempo gasto até o local em que o trabalho ocorre efetivamente não será mais contabilizado na jornada.

⁵ Grávidas e mulheres que amamentam podem ser autorizadas a trabalhar em locais insalubres, bastando apenas que o atestado médico lhe autorize.

⁶ O direito a um intervalo para descanso ou alimentação cai de uma a duas horas para o mínimo de meia hora.

⁷ Acordos individuais podem definir o grau de insalubridade e a prorrogação da jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia do Ministério do Trabalho.

⁸ Passa a ser facultativa e não mais obrigatória.

⁹ A reforma trabalhista prevê que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho deve prevalecer sobre a legislação em 15 pontos diferentes, como jornada de trabalho, banco de horas anual, intervalo mínimo de alimentação de meia hora, teletrabalho, regime de sobreaviso e trabalho intermitente.



buscarão avançar com uma contrarreforma trabalhista que tende a reforçar ainda mais a alta taxa de rotatividade da força de trabalho (uma das maiores do mundo). Antes disso, já vemos o avanço do discurso do “acordado sobre o legislado” que, na prática, vem alterando a legislação trabalhista (BRAZ, 2017, p. 97).

Os conchavos entre governo, mercado, políticos, banqueiros, dentre outros, é prova cabal do desmonte dos nossos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários. É a fragmentação clara das relações de trabalho, da precarização dos serviços e dos trabalhadores, que perpassa pelas mãos desses nossos representantes políticos e tem o aval da nossa justiça brasileira. É importante destacar que os únicos que saem perdendo neste jogo, são os trabalhadores e a trabalhadoras que sustentam o Estado burguês.

Além da Reforma Trabalhista, com danos irreparáveis à classe trabalhadora (e considerada inconstitucional por diversos órgãos), está em curso outra reforma – à Reforma da Previdência. A Reforma da Previdência, encabeçada pela PEC 287/2016, e atualizada em 22/11/2017, pelo Governo Federal, pois, do jeito que estava não teria forças suficientes para ser aprovada. Como era de praxe de Temer, foi realizado um jantar com os parlamentares, no Palácio da Alvorada a fim de expor aos comprados, o novo texto, tão almejado pelo até então Presidente para que fosse aprovado pelos Deputados e Senadores.

O novo texto da Reforma da Previdência manteve a idade mínima para aposentadoria, sendo 62 anos para mulheres e 65 anos para homens, no Regime Geral da Previdência. Além do mais, o texto reduziu de 25 anos para 15 anos o período de contribuição mínima para aqueles que optarem pela aposentadoria parcial. Tal reforma em nada contribui para melhorar a qualidade de vida das pessoas, pelo contrário, ela deixará de atender milhares de brasileiros, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade. Ela restringe drasticamente o acesso aos direitos e benefícios da Previdência Social.

As influências internacionais, a exemplo do Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), tem contribuído muito para que muitas destas contrarreformas implantadas no Brasil sejam de fato motivos reais para promover o desenvolvimento econômico e político em detrimentos das políticas e direitos sociais.

Portanto, mesmo diante de todos esses obstáculos, retrocessos e opressão do Estado, nós temos o dever de continuar na luta e resistindo contra estes governos autoritários, conservadores e usurpadores do poder.



2.2 O serviço social na efetivação do projeto profissional: um desafio instigante no contexto de lutas e resistências da classe profissional

De fato, vivemos, na atual conjuntura, momentos difíceis, não só para Serviço Social, como para outras profissões, principalmente em momentos de cortes nas políticas sociais e públicas; imposição de governos autoritários, conservadores e legitimadores dos ideais neoliberais. Precisamos continuar resistindo e fomentando na classe trabalhadora, os ideais da luta por uma sociedade mais justa, igualitária e pautada numa defesa intransigente dos direitos sociais, assegurados em lei, mediante as lutas dos movimentos sociais, estudantis e da sociedade civil. Compartilhamos das palavras do autor abaixo relacionado, quando ele pontua que,

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético-político do Serviço Social] apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas [...] (PAULO NETTO, 1999, p. 95).

Assim, deixamos claro, que o nosso direcionamento ético-político, precisa caminhar vinculado a um projeto de transformação social, em que a exploração, a opressão, o conservadorismo, as injustiças sociais, apenas façam parte das páginas da história, e não, que sejam reproduzidas ou vivenciadas por nossa sociedade. Além disso, precisamos, no momento atual, enquanto categoria profissional, lutar coletivamente por um projeto ético-político desvinculado de qualquer postura conservadora, ou que no seu interior filosófico, permeie pela manutenção da ordem vigente nesta sociedade. É importante continuarmos construindo um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora.

Desde os anos 1970, mais precisamente no final daquela década, o Serviço Social brasileiro vem construindo um projeto profissional comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. A chegada entre nós dos princípios e ideias do Movimento de Reconceituação deflagrado nos diversos países latino-americanos somada à voga do processo de redemocratização da sociedade brasileira formaram o chão histórico para a transição para um Serviço Social renovado, através de um processo de ruptura teórica, política (inicialmente mais político-ideológica do que teórico-filosófica) com os quadrantes do tradicionalismo que imperavam entre nós. É sabido que, politicamente, este processo teve seu marco no III CBAS, em 1979, na Cidade de São Paulo, quando, então, de forma organizada, uma vanguarda profissional virou uma página na história do Serviço Social brasileiro ao destituir a mesa de abertura composta por nomes oficiais da ditadura substituindo-os por nomes advindos do movimento dos trabalhadores. Este



congresso ficou conhecido como o “Congresso da Virada” (TEIXEIRA; BRAZ, 2009, p. 12).

Faz parte da nossa história de luta e de enfrentamento, mesmo sabendo dos desafios e limites, defender os direitos sociais arduamente conquistados. Desistir jamais, pois, nós enquanto categoria profissional, temos o compromisso de defender a nossa população usuária e seus direitos, buscando, na medida do possível convidar a sociedade para lutar juntos, fomentando o espírito crítico sobre a realidade.

Portanto, conhecedores dos direitos e das mais variadas políticas públicas e sociais, o assistente social assume um papel importante no enfrentamento das desigualdades sociais, educacionais, bem como referente aos direitos vinculados à moradia, à previdência social, aos direitos trabalhistas, dentro outros.

3 CONCLUSÃO

Neste estudo, buscamos evidenciar os principais acontecimentos – econômicos, políticos e sociais –, nos quais o qual o Brasil vem passando pós *impeachment* da ex-Presidenta, Dilma Rousseff (PT), bem como os retrocessos que atingem as políticas sociais no campo da saúde, da educação, da previdência, dos direitos trabalhistas, exigindo dos assistentes sociais vinculados a estes espaços, um profundo debate e a criação de saídas para o enfrentamento desta crise, assim como criando estratégias para a efetivação das políticas sociais.

Não deixamos de tecer uma dura crítica às medidas provisórias impostas pelo Governo de Michel Temer (MDB), que visam exclusivamente, desmontar os direitos sociais. Mesmo diante deste cenário perigoso, os movimentos sociais e estudantis não mediram esforços para lutar e resistir contra um governo ilegítimo e usurpador do poder.

Os profissionais do Serviço Social vinculados as mais diversas políticas públicas e sociais assumem um papel singular na defesa e efetivação dos direitos sociais, mesmo sabendo que a conjuntura atual é preocupante. Além disto, estes profissionais vêm trabalhando e contribuindo significativamente no que tange a investigação, a formulação, a gerência, a execução, a avaliação e a monitoração destas políticas.

De certa forma, nossos objetivos foram alcançados, pois conseguimos apreender um pouco mais sobre o cenário social, político e econômico atual para continuarmos trilhando os caminhos da emancipação humana, pautada na defesa intransigente dos 11



(onze) Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993 e na efetivação do Projeto Ético-político Profissional.

Por fim, desejamos a todos os leitores deste trabalho que não esmoreçam diante dos obstáculos da profissão. Nossa luta é diária, árdua e claro, é valorosa, uma vez que nossa bandeira de luta é por justiça social, por um projeto societário sem exclusão social, sem preconceitos, sem racismo, sem discriminação, devendo está amparada nos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993, em prol da defesa da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANDES. Crise política explicita a função do Estado no capitalismo. *In: Informativo nº 71, Jun/2017*. Brasília, 2017.

_____. A intensificação das lutas contra as reformas, os ataques à educação pública e o 62º Conad. *In: Informativo nº 72, Jul/2017*. Brasília, 2017.

BRASIL. **Portal Ministério da Educação e Cultura**. Novo Ensino Médio: dúvidas. Brasília, 2016. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>>, Acessado em 22/09/2016.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n128/0101-6628-sssoc-128-0085.pdf>>, Acessado em 20/10/2017.

GAMA, Zacarias. **A precarização do ensino superior está na agenda desse golpe**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/05/25/a-precariozacao-do-ensino-superior-esta-na-agenda-desse-golpe/>> Acessado em 09/02/2017.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político contemporâneo. *In: Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

RADIS. Reforma agora é realidade. *In: Revista n. 179, de Ago/2017*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/radis-179_web.pdf>, Acessado em 17/09/2017.

SABARÁ, Romeu. **O Golpe Congressual e a grita das três idades**. Belo Horizonte: Usina do Livro, 2016.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. *In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB. 2009.